



**Associação
Mato-grossense
dos Municípios**

TERÇA-FEIRA
23/12/2025
Nº 4892 | EXTRA OFICIAL

ÍNDICE

Prefeitura Municipal de Confresa	4
Prefeitura Municipal de Nobres	5
Prefeitura Municipal de Pedra Preta	8

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM TRIÊNIO 2024/2026

Presidente de Honra: Juarez Alves da Costa

Presidente: Leonardo Tadeu Bortolin

Primeiro Vice-Presidente: Hemerson Lourenço Máximo - Colíder

Segundo Vice-Presidente: José Guedes de Souza - Rondolândia

Terceiro Vice-Presidente: Edu Laudi Pasccoski - Itanhangá

Quarto Vice-Presidente: Marcelo de Aquino - General Carneiro

Quinto Vice-Presidente: Thiago Castelian Ribeiro - Santa Terezinha

Secretário Geral: Janailza Taveira Leite - São Félix do Araguaia

Primeiro Secretário: Carlos Sirena - Juara

Tesoureiro Geral: Nelson Antônio Pain - Poxoréu

Primeiro Tesoureiro: Francieli Magalhães Vieira Pires - Santo Antônio Leverger

Segundo Tesoureiro: Manoel Loureiro Neto - Diamantino

Conselho Fiscal:

1º Fernando de Oliveira Ribeiro - Carlinda

2º Fábio Marcos Pereira de Farias - Canarana

3º João Isaack Moreira - Tesouro

Suplentes Fiscais:

1º Egon Hoepers - Santa Rita do Trivelato

2º Irineu Marcos Parmeggiani - Campos de Júlio

3º Enilson de Araújo Rios - Araputanga

Responsável pelo Jornal Oficial AMM

Noides Cenio da Silva

(65) 99931 - 8446

(65) 2123 - 1200

(65) 99903 - 7934

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1201

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - 04 DE DEZEMBRO DE 2025

ATA 12

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e trinta minutos, havendo quórum, reuniram-se em reunião extraordinária on-line os conselheiros deste colegiado: Erica Luane Menegat, Elzilene Sipaúba Costa, Andrelice Rodrigues Barros, Joaquim Lima Neto, Elisangela Silveira dos Santos, Natiely Karine Soares dos Santos, Edson Junio Alvares José e Gislene Alves Macedo Rejamerson Carvalho de Sousa, totalizando 6 conselheiros titulares e 1 suplente. A pauta da reunião consistiu na análise e aprovação do projeto encaminhado por meio do Ofício nº 568, datado de 02 de dezembro de 2025, pelo colegiado do CMDCA, requerendo apreciação em regime especial do Projeto Natal 2025 - "Natal de Alegria e Solidariedade". Após leitura e discussão, o projeto foi colocado em votação, sendo aprovado por 6 conselheiros titulares e 1 suplente. O público-alvo do referido projeto será composto por crianças e adolescentes da zona urbana e rural, bem como crianças assistidas pelo SCFV e pelo CRAS. Registrou-se ainda que, às 10h50, ingressou na reunião mais um conselheiro, que tomou conhecimento do projeto e manifestou-se favorável à sua execução. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo presidente e pelo colegiado. Eu, Raquel Souza da Silva, lavrei a presente ata, que será assinada e registrada conforme normas regimentais ficando decidido toda assinatura por assinatura eletrônica.

RESOLUÇÃO Nº 11/2025/CMDCA/CONFRESA-MT

RESOLUÇÃO Nº 11/2025/CMDCA/CONFRESA-MT

Dispõe sobre a Destinação dos Recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/CONFRESA, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 e leis complementares, na Lei Municipal Complementar n.º 223 de 20 de março de 2023, em conformidade com deliberação em reunião ordinária realizada na data de 04/12/2025,

CONSIDERANDO a competência do CMDCA para deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, fixando critérios de utilização e planos de aplicação;

CONSIDERANDO o Projeto Natal 2025 - Natal de Alegria e Solidariedade", apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Confresa, inscrita no CNPJ nº 37.464.716/0001-50, que tem como objetivo Proporcionar um Natal Alegre e inclusivo para crianças e adolescentes do Município de Confresa.

CONSIDERANDO a análise e aprovação do referido Projeto pela Plenária deste Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a destinação do valor de R\$ 26.960,00 (vinte e seis mil, novecentos e sessenta reais) do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, para financiamento do Projeto "Projeto Natal 2025 Natal de Alegria e Solidariedade", a ser executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social/Prefeitura de Confresa - MT, CNPJ 37.464.716/0001-50.

2º Os recursos destinam-se à execução das ações previstas no Projeto.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá apresentar ao CMDCA, após a realização do evento, prestação de contas detalhada, contendo notas fiscais, relatórios de execução e registros fotográficos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

EDSON JÚNIOR ALVES JOSÉ

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PROJETO DE NATAL 202.5

"NATAL DE ALEGRIA E SOLIDARIEDADE"

Município de Confresa — MT Ano: 2025

PROJETO DE NATAL 202.5

"Natal de Alegria e Solidariedade"

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Proponente: Secretaria Municipal de Assistência Social / CRAS
Pai'ceria: CMDCA / Fundo Municipal da Infância e Adolescência —
FIA Município: Confresa — MT

Ano de Realização: 2025

2. TÍTULO DO PROJETO

Entrega de Brinquedos para Crianças e Adolescentes do M

Ir cípio ãe Com fresa: Zona U i bana, Zona R ural.

3. INTRODUÇÃO

O Natal é um momento de u nino, solidariedade e alegi ia. Mtiitas tam ílias em situ ação r e viilherabilida de nao possuem cond ições de adq uirir presentes para seus ti ílios. Pen a iiri r> nisso, este projeto visa pi'oporcionar um Natal mais feliz pa ra ci'ia nças e ado iescerires rio mu nicípio de Confresa, por meio da entrega de bri nquel os natal inos, aléiaa de a ti irl.i ti e ieci'eativas e a presença do Pajaaí No•i

4. JUSTIFICATIVA

A ação visa garantir o di reito ao brincar, ao lazer e a convivê ncia corri uni ta i'ia, con foi i ie

pr evisto no ECA e na PNAS. A entrega de brinquedos con tribu i para i ed sizir desigual da ries foi falecer vínculos e prom over a inclusão social, alca nça ndo *cria ri ;co s ôa 7o* na rir l a na, zoriri i'ural e AHeia U i'u b(i.

5. OBJETIVO GERAL

Pr opor ciona i um Natal alegre e inclus ivo para crianças e ado lesce sites r o n iiri icf i io úe

6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Distribuir brinquedos natalinos conforme faixa eta ria.
- Proirover atividades reco eativas (cor i iúa do saco, co' -ida co« ovo a o e' , *v•• brincad ei ras).
- Fortalecer víncul os fam iliares e cornu nitsrios.
- Incluir Pa pai N oe1 na entrega para tol'ià8! O i i ornento ainda irais rnàgi co.

7. PÚBLICO-ALVO

Ci ia ri çoe e odolescen tes:

- ° Zona U i ba na
- Zona Rui al
- C1'ianças atendi das pel o SCFV e CRAS

8. ATIVIDADES PREVISTAS

- Entrega de bri nqued os com a presenta do Papai Noel;
- Re* 1 CR° e '1 ** e1 '* /1'0diCLOii0is (coi'i'ida do saco, coi ri ùa corri ovo na colh ed , bri rica clei i ae
- coletiva s),
- hegistro fotografico;
 - R elatóri o final da equi pe técn ica.

9. AVALIAÇÃO

10. REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Crianca e do Adolescente — ECA.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social — PNAS.

BRASIL. Tipi ficaça o Nacional dos Servi ços Socioassisten ciais.

11. Tabela de Orçamento

	Quant.	Valor uni.	Valor R\$:
01 Brinquedo			
02 Boneca <i>de plas tico</i>	1000	6,99	6990,00
03 Brinque do educativo, soprar l or d e bolhas.	1000	3,99	990,0u
04 Caminhão Boiadeiro	1000	8,99	9950,00
05 Bola Lisa	1000	6,99	6.990,00
06 Total			26.96000

Confi esa — MT, 28 de nove rn bro de 2 0 25.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LEI Nº 1.931/2025

LEI Nº 1.931/2025

“Institui o Plano Plurianual do Município de Nobres – MT, para o período 2026/2029”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. JOSÉ DOMINGOS FRAGA FILHO, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei institui o Plano Plurianual do município de Nobres– MT para o período 2026-2029 – PPA 2026/2029, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º. O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º. O PPA 2026/2029 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º. O PPA 2026/2029 é composto pelos programas:

PROGRAMA	2026	2027	2028	2029
0001 - GESTAO E MANUTENCAO DO LEGISLATIVO	6.520.000,00	6.869.000,00	7.110.000,00	7.439.000,00
0002 - GESTAO E MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	2.807.000,00	2.957.500,00	3.114.775,00	3.276.725,00
0003 - TRANSPARENCIA E EFICIENCIA DA GESTAO PUBLICA	90.000,00	94.500,00	99.225,00	105.000,00
0004 - GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	9.178.011,90	8.310.675,90	10.480.682,75	13.642.423,26
0005 - GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	1.780.000,00	1.869.000,00	1.962.450,00	2.051.305,00
0006 - GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE GOVERNO	900.000,00	945.000,00	992.250,00	1.040.000,00
0007 - GESTAO E MANUTENCAO DA PROCURADORIA JURIDICA	513.000,00	538.650,00	565.550,00	591.305,00
0009 - PREVIDENCIA SOCIAL ATUANTE	16.728.000,00	17.564.400,00	18.442.619,00	19.364.754,00

4892
Extra Oficial

0010 - INFRA ESTRUTURA A SERVICO DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICIPIO	5.465.000,00	4.410.750,00	4.710.750,00	5.005.881,25
0011 - ACESSO DOS ALUNOS A REDE ESCOLAR	5.647.000,00	5.969.250,00	6.292.112,50	6.615.618,13
0012 - SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.700.000,00	1.785.000,00	1.873.750,00	1.951.050,00
0013 - EDUCACAO BASICA DE QUALIDADE	6.796.478,69	7.152.000,00	7.522.000,00	7.907.320,00
0014 - ESPORTE E LAZER NA CIDADE	3.110.000,00	3.293.000,00	3.574.400,00	3.858.000,00
0015 - VALORIZACAO, PROMOCAO DO TURISMO	1.150.000,00	817.500,00	865.875,00	900.000,00
0016 - VALORIZACAO, PROMOCAO E ACESSO A CULTURA	1.052.000,00	1.101.500,00	1.152.325,00	1.205.355,00
0017 - GESTAO DA RECEITA MUNICIPAL	7.300.000,00	7.680.000,00	8.063.500,00	8.450.880,00
0019 - SERVICOS DE LIMPEZA PUBLICA	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
0020 - FOMENTO AO COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS	1.820.000,00	1.911.000,00	2.006.550,00	2.110.000,00
0023 - POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL	300.000,00	315.000,00	330.000,00	346.500,00
0024 - GESTAO E MANUTENCAO SECRET MUN.DESENVOLV.RURAL .MEIO AMB.E MINERACAO	2.610.000,00	2.765.750,00	2.926.500,00	3.086.800,00
0025 - PROTECAO SOCIAL- MUNICIPIO ACOLHE E PROTEGE	5.508.598,99	5.841.400,00	6.197.213,75	6.575.600,00
0028 - ENCARGOS ESPECIAIS	2.680.000,00	2.814.000,00	2.954.700,00	3.102.435,00
0031 - CIDADE ILUMINADA	720.000,00	750.000,00	780.000,00	810.000,00
0032 - GESTAO DOS SERVIÇOS PUBLICOS	8.300.000,00	14.385.000,00	15.874.250,00	17.260.000,00
0034 - PROTECAO SOCIAL BASICA	1.473.985,42	1.549.550,00	1.827.627,50	1.712.200,00
0035 - PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	427.000,00	448.350,00	474.130,00	495.600,00
0038 - INFRA ESTRUTURA A SERVICO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	4.403.455,69	442.000,00	465.000,00	489.050,00
0039 - EDUCACAO BASICA DE QUALIDADE - FUNDEB 70	20.470.000,00	21.493.500,00	22.568.175,00	23.696.525,00
0040 - EDUCACAO BÁSICA DE QUALIDADE - FUNDEB 30	97.000,00	105.000,00	113.000,00	121.000,00
0044 - ATENCAO BASICA	11.745.000,00	12.374.250,00	13.032.462,50	13.737.550,00
0045 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	19.493.425,00	20.220.000,00	21.180.175,00	22.141.823,75
0046 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	1.050.000,00	1.080.500,00	1.133.525,00	1.188.000,00
0047 - VIGILANCIA SANITARIA	430.000,00	451.000,00	473.050,00	502.000,00
0048 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL	1.160.000,00	1.217.500,00	1.277.875,00	1.345.100,00
0049 - GESTÃO DO SUS	2.165.000,00	2.272.000,00	2.384.350,00	2.497.000,00
9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	3.644.000,00	3.859.200,00	4.072.160,00	4.293.268,00

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 5º. O PPA 2026/2029 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, classificados como Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços, assim definidos:

I - Programa Temático: aquele que expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 6º. O Programa Temático é composto por Objetivos e Valor Global.

§ 1º. O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas/Ações e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: é aquele cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Ações: declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e de outras medidas de caráter não orçamentário.

§ 2º. O Valor Global indica uma estimativa dos recursos orçamentários necessários à consecução dos Objetivos segregando as esferas Fiscal e da Seguridade, com as respectivas categorias econômicas, e dos recursos de outras fontes.

Art. 7º. Integram o PPA 2026/2029 os seguintes anexos:

I - Anexo I: Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços;

II - Anexo II: Detalhamento do PPA por Ações 2026/2029;

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. Os Programas constantes do PPA 2026/2029 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

§ 1º. As ações orçamentárias de todos os programas serão discriminadas nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º. A estimativa da receita e a vinculação da despesa constarão nas leis orçamentárias anuais.

Art. 9º. O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não constituem em limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 10. Os empreendimentos cujo valor global estimado seja igual ou superior ao Valor de Referência são caracterizados de Grande Porte e deverão ser expressos no PPA 2026/2029 como Ações.

§ 1º. O Empreendimento de Grande Porte poderá ser desdobrado nas leis orçamentárias em mais de uma ação, para expressar sua regionalização ou seus segmentos.

§ 2º. A obrigatoriedade de individualização no PPA 2026/2029 de Ações de que trata o caput não se aplica aos Empreendimentos de Grande Porte financiados com recursos provenientes de transferências da União a Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 3º. A secretaria municipal de Administração e planejamento poderá regulamentar critérios adicionais para individualização de Ações

de que trata o caput deste artigo.

Art. 11. Os orçamentos anuais, de forma articulada com o PPA 2026/2029, serão orientados para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DO PLANO

SEÇÃO I

ASPECTOS GERAIS

Art. 12. A gestão do PPA 2026/2029 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis, buscando o aperfeiçoamento:

I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;

II - dos critérios de regionalização das políticas públicas; e

III - dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2026/2029.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria Municipal de Administração, planejamento e finanças definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2026/2029.

SEÇÃO II

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. O Monitoramento do Plano Plurianual é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias do governo.

Art. 14. A avaliação do PPA 2026/2029 consiste na análise das políticas públicas e dos Programas, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

Art. 15. O Poder Executivo promoverá a adoção de mecanismos de estímulo à cooperação municipalista com vistas à produção, ao intercâmbio e à disseminação de informações para subsidiar a gestão das políticas públicas.

Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento dos Programas do PPA 2026/2029.

CAPÍTULO V

DA AGENDA TRANSVERSAL

Art. 17. Considera-se Agenda Transversal um conjunto de políticas públicas de diferentes áreas, articuladas para enfrentar problemas complexos que afetam crianças e adolescentes no município.

Art. 18. A Agenda Transversal de que trata o artigo anterior terá como foco a promoção e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.

Art. 19. O município terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, para elaborar e divulgar oficialmente a Agenda Transversal de que trata esta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Para fins de atendimento ao disposto no parágrafo 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período 2026/2029, está incluído no Valor Global dos Programas.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual e seus anexos detalharão os investimentos de que tratam o caput, para o ano de sua vigência.

Art. 21. Considera-se revisão do PPA-2026/2029 a inclusão, exclusão ou alteração de Programas.

§ 1º. A revisão de que trata o caput, ressalvado o disposto nos parágrafos 4º e 5º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei, sempre que necessário.

§ 2º. Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os respectivos atributos.

§ 3º. Considera-se alteração de programa a inclusão, exclusão ou a alteração de Objetivos, Iniciativas, Ações e Metas.

§ 4º. O Poder Executivo, para compatibilizar a as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

I – Alterar o Valor Global do Programa; e

II – Incluir, excluir ou alterar ações.

§ 5º O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

I – Indicador;

II – Valor de Referência;

III – Metas;

IV - Órgão Responsável; e

V - Ações.

Art. 22. A Secretaria Municipal de Administração e planejamento atualizará, na internet, ao menos uma vez ao ano, as informações constantes do Plano Plurianual bem como o divulgará em formato e linguagem acessíveis à sociedade.

Art. 23. Fica também autorizado a inclusão da programação orçamentária de que trata o artigo 1º desta Lei, na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente para o exercício de 2025, especialmente em seu anexo de metas e prioridades, bem como no Plano Plurianual vigente para os exercícios 2022/2025.

Art. 24. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 28 de novembro de 2025.

JOSE DOMINGOS FRAGA FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

INEXIGIBILIDADE 14/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 14/2025

ADJUDICAR E HOMOLOGAR o ato da Comissão de Contratação por INEXIGIBILIDADE com fundamento no art. 74, inciso II da Lei 14.133/21, para a Contratação de atração artística cantor Filhos da Resenha, para apresentação de show no âmbito das festividades do Réveillon 2025 em Pedra Preta - MT, através da pessoa física CÍCERO DE OLIVEIRA MARTINS, INSCRITO NO CPF. SOB Nº 022.XXX.971-54, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), atendendo a solicitação da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Pedra Preta MT, 23 de dezembro de 2025.

AGUINALDO NUNES BARBOSA

Secretário Geral de Coordenação Administrativa

(Portaria nº 120/2021)

INEXIGIBILIDADE 15/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 15/2025

ADJUDICAR E HOMOLOGAR o ato da Comissão de Contratação por INEXIGIBILIDADE com fundamento no art. 74, inciso II da Lei 14.133/21, para a Contratação de atração artística dupla DANILO MENDES & MARIANO, para apresentação de show no âmbito das festividades do Réveillon 2025 em Pedra Preta - MT, através da pessoa física ANDERSON MARIANO DE SOUZA DE MACENA, INSCRITO NO CPF SOB Nº 032.XXX.611-42 E DANILO MENDES DOS SANTOS, INSCRITO NO CPF SOB Nº 050.XXX.291-03, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), atendendo a solicitação da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Pedra Preta MT, xx de dezembro de 2025.

VANDERLEI ROBERTO SARTORI

Secretário Municipal de Cultura,

Esportes e Lazer

(Portaria nº 626/2024)

INFORMAÇÕES DA ASSINATURA DIGITAL

